REQUERIMENTO DE 24 DE ABRIL DE 2017

Exmo. Sr.
Rafael Luiz Marques
Presidente da Câmara Municipal de Tocantins.

Senhor Presidente,

Os vereadores que a este subscrevem, no uso de suas atribuições legais, regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM à Vossa Excelência envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, para que repasse a esta Casa de Legislativa, no prazo regimental, as seguintes documentações que se seguem:

a) Cópia do Contrato da Empresa Serquip com a prefeitura Municipal de Tocantins;

b) Cópia do Processo Licitatório de Dispensa de Licitação com a Empresa Colefar Ltda – ME;

c) Cópia do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial sob Nº 043/2017 tendo como objeto o fornecimento de serviços de escavadeira hidráulica, trator de esteira e retro escavadeira;

d) **Cópia do Processo Licitatório Modalidade Pregão Presencial sob Nº 043/2017 tendo como objeto o fornecimento de medicamentos.**

Plenário Dr. Manoel Cataldo, da Câmara Municipal de Tocantins, aos 24 de abril de 2017.

Vereador – Washington Luiz Nunes Apolinário

Co-autor:

Vereador – Adriano Aloisio Amaro

J U S T I F I C A T I V A

Considerando a função legisladora e fiscalizadora que exercemos, e ainda, na condição de legítimos representantes da população, requeremos que o Poder Executivo nos envie as documentações acima citadas.

REQUERIMENTO Nº 98/2014 Data: 20.03.14

Requer a disponibilização no site oficial da Câmara Municipal de Vereadores espaços/links no qual as entidades que recebem verbas do Poder Público Municipal possam estar dando

publicidade obrigatória da aplicação destes recursos e disponibilizando ainda cópia fiel das prestações de contas entregues à Municipalidade.

JUSTIFICATIVA:

O objetivo deste requerimento é o de possibilitar que as entidades sejam obrigadas em dar publicidade na aplicação das verbas públicas recebidas. O portal de transparência vem sendo uma ferramenta que auxilia a população no controle, fiscalização e acompanhamento dos gastos. Ao acessar informações como essas, o cidadão fica sabendo como o dinheiro público esta sendo utilizado e se esta sendo efetivamente bem aplicado.

Solicitar a copia de termo de acordo com o fapsem

amparado na Lei Orgânica (Art. 27, § 2º) e no Regimento Interno (Art. 151, inciso II)